

Uso de Linguagem Simples no Trabalho Parlamentar

Os documentos informativos do ParlAmericas apresentam pesquisas comparativas, considerações sobre políticas e áreas de ação legislativa sobre temas de interesse para as e os parlamentares, com especial atenção aos parlamentos membros da região das Américas e do Caribe.

O que é linguagem simples?

A linguagem simples é uma forma de comunicação na qual a **redação, a estrutura e o design visual** permitem que as informações necessárias sejam facilmente encontradas, compreendidas e utilizadas de maneira adequada.¹

O aspecto mais importante desse tipo de comunicação é o **foco em quem recebe a informação**. O objetivo é garantir que qualquer pessoa possa acessá-la com facilidade. **Um conteúdo em linguagem simples é conciso e apresentado de forma a reduzir o tempo e esforço exigidos do público-alvo.**

O objetivo da linguagem simples é alcançar uma **comunicação útil, eficiente e transparente, que promova igualdade no acesso à informação para todas as pessoas**. Dessa forma, ela contribui diretamente para garantir o exercício efetivo do direito universal de acesso à informação pública.

Derrubando alguns mitos sobre a linguagem simples

É importante esclarecer que a linguagem simples **não** significa:²

- **Vulgarizar o direito.** A linguagem simples preserva o mesmo nível de rigor jurídico, mas exige esforço adicional para estruturar e redigir de forma comprehensível.
- **Fazer uma tradução informal de documentos jurídicos.** As leis devem ser redigidas com precisão, de modo a evitar ambiguidades e problemas de interpretação. A linguagem simples não substitui a técnica jurídica, mas a complementa, visando facilitar o acesso a informações jurídicas.
- **Eliminar todos os termos técnicos.** Quando for necessário utilizar palavras especializadas, elas devem ser explicadas em uma linguagem acessível, permitindo que todas as pessoas compreendam seu significado.
- **“Baixar o nível” dos documentos públicos.** A linguagem simples não subestima o público-alvo; pelo contrário, ela pode cumprir uma função educativa ao facilitar a compreensão de princípios e conceitos jurídicos.

¹ [O que é Linguagem Simples?](#) (Disponível em inglês). Associação Internacional de Linguagem Simples (*Plain Language Association International*).

² Fonte: [Guia de Linguagem Simples para Textos e Informações Legislativas](#). NDI, 2020.

Por que aplicar linguagem simples nos parlamentos?

A linguagem simples desempenha um papel fundamental no trabalho parlamentar, pois permite que as funções, decisões, avanços e ações legislativas sejam mais acessíveis à cidadania. Essa prática fortalece a confiança pública e amplia a compreensão sobre o papel que os parlamentos exercem nos sistemas democráticos.

Considerando que uma das principais funções dos parlamentos é elaborar leis que estabelecem direitos e obrigações, é fundamental que esses textos sejam compreensíveis para toda a cidadania. Quando as informações legislativas não são compreendidas, cria-se distância e desconfiança, impedindo a aplicação efetiva das leis. Por outro lado, **uma comunicação simples fortalece o vínculo com a sociedade e reforça a legitimidade institucional.**

Além de aprovar leis, os parlamentos também supervisionam o governo, representam a cidadania e prestam contas sobre seu trabalho. O uso da linguagem simples nessas atividades permite que qualquer pessoa compreenda o que o parlamento faz, participe de forma informada e acesse informações públicas com facilidade.

Essa abordagem é particularmente relevante para grupos historicamente marginalizados, como jovens, povos indígenas, mulheres e pessoas que vivem em áreas rurais, que muitas vezes enfrentam barreiras adicionais no acesso a informações públicas. **A comunicação simples ajuda a garantir que ninguém seja deixado para trás no acesso ao conhecimento e no exercício de seus direitos.**

Desse modo, a linguagem simples oferece um duplo benefício:

- ★ Por um lado, fortalece a confiança e a legitimidade dos parlamentos;
- ★ Por outro, faz com seja mais fácil para a cidadania compreender e exercer seus direitos de forma efetiva. Trata-se de uma ferramenta que aproxima as instituições das pessoas.

A linguagem simples pode ser aplicada em todas as áreas do trabalho parlamentar, como comunicações internas, documentos de trabalho ou até mesmo na elaboração de leis. No entanto, ela é especialmente relevante em documentos e comunicações voltados à cidadania, como boletins, convocações, publicações de leis, processos participativos, relatórios de prestação de contas, entre outros.

O uso da linguagem simples pode ser complementado com uma abordagem de linguagem inclusiva³, que não apenas facilita a compreensão, mas também contribui para reconhecer e dar visibilidade à diversidade das pessoas. A incorporação de ambas as abordagens, quando adequada, pode favorecer uma comunicação mais acessível e representativa.

A linguagem simples impulsiona a **abertura legislativa**, permitindo não somente o acesso a documentos públicos, mas também sua compreensão. Essa característica é essencial para promover uma participação

³ (Link para a ferramenta sobre linguagem inclusiva)

cidadã mais ampla, bem-informada e eficaz, pois oferece clareza sobre os processos parlamentares e os temas em debate, aumentando as possibilidades de participação e influência.

O **parlamento aberto** é um modelo de gestão e inovação que busca aproximar os parlamentos da cidadania, ao mesmo tempo em que fortalece as funções parlamentares em prol da transparência e do acesso à informação pública, da prestação de contas, da participação cidadã inclusiva, da ética e da probidade.

Para saber mais sobre parlamento aberto, consulte o [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#). Para obter mais informações sobre a relação entre parlamento aberto e igualdade de gênero, acesse: [Agendas Legislativas Convergentes - Explorando as Sinergias entre Parlamento Aberto e Igualdade de Gênero](#).

Como aplicar a linguagem simples nos parlamentos?

A seguir, apresentamos algumas recomendações para escrever ou falar em linguagem simples no contexto parlamentar. Essas sugestões foram elaboradas a partir de diversas fontes, entre elas o [Guia de Linguagem Simples para Informações e Textos Legislativos](#), usado pelo Congresso da Colômbia, bem como algumas [recomendações](#) da Associação Internacional de Linguagem Simples (PLAIN, na sigla em inglês), o [Manual de Linguagem Simples do Equador](#) e as [Recomendações para a Redação de Documentos em Linguagem Simples](#) do Chile.

PASSO A PASSO: APLICAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES NO TRABALHO PARLAMENTAR

1. IDENTIFICAR O PÚBLICO E O OBJETIVO

Ter clareza sobre a quem se dirige a comunicação permite adaptar o conteúdo de forma eficaz. É fundamental definir quem é o público, quais conhecimentos prévios ele pode ter e quais informações realmente necessita obter da publicação.

Perguntas úteis:

- O que meu público-alvo precisa saber?
- Qual é o perfil dele (idade, nível de escolaridade, contexto)?
- Que dúvidas podem surgir ao ler ou ouvir essas informações?

 <i>O que evitar</i>	 <i>O que fazer</i>
<ul style="list-style-type: none">● Usar uma linguagem demasiadamente técnica	<ul style="list-style-type: none">● Levar em consideração o perfil do público
<ul style="list-style-type: none">● Comunicar toda a informação possível	<ul style="list-style-type: none">● Identificar interesses e necessidades e priorizar informações

2. DEFINIR A ESTRUTURA

Após identificar o público e o objetivo, é importante organizar o conteúdo de forma a facilitar sua compreensão. A estrutura deve atender às necessidades do público e considerar os formatos mais adequados para o tipo de mensagem.

Perguntas úteis:

- Qual é o formato mais adequado para este tipo de conteúdo?
 - ◆ Exemplos:
 - ◆ Infográficos para explicar projetos de lei
 - ◆ Cronogramas para processos participativos
 - ◆ Listas de verificação sobre requisitos para a apresentação de solicitações de acesso a informações públicas, entre outros
- Com quais estruturas ou organização de conteúdo as pessoas destinatárias estão familiarizadas?
 - ◆ Exemplos:
 - ◆ Introdução → Desenvolvimento → Conclusão
 - ◆ Título → Subtítulos → Pontos-chave
 - ◆ Perguntas → Respostas
- Que sequência ou ordem de informações facilitará a navegação e a compreensão do conteúdo?
 - ◆ Exemplos:
 - ◆ Do geral ao específico
 - ◆ Do problema à solução
 - ◆ Em ordem cronológica
 - ◆ Dos requisitos aos próximos passos
 - ◆ Dos direitos aos mecanismos para exercê-los

Recomendações para estruturar a informação:

- Definir o formato da comunicação de acordo com o canal e o público
- Incluir as informações mais relevantes no início do conteúdo
- Utilizar títulos claros que orientem a leitura e agrupem conteúdos relacionados
- Incorporar listas ou marcadores quando ajudarem a simplificar a informação
- Incluir links para outros documentos que permitam ampliar as informações

3. EXPRESSÃO

Após definir a estrutura da comunicação, o próximo passo é redigir o conteúdo de forma simples e concisa. A seguir, apresentamos algumas sugestões para alcançar esse objetivo:

 <i>O que evitar</i>	 <i>O que fazer</i>
<ul style="list-style-type: none">● Usar expressões complexas e longas	<ul style="list-style-type: none">● Buscar clareza, concisão e fluidez nas informações

Exemplo: <i>Em virtude do exposto acima, e levando em consideração os antecedentes previamente detalhados...</i>	Exemplo: <i>Por essas razões...</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Escrever frases muito longas e confusas 	<ul style="list-style-type: none"> • Redigir frases concisas (com não mais do que 20 palavras) • Usar a estrutura sujeito + verbo + complemento
Exemplo: <i>Com base na lei vigente e considerando as múltiplas variáveis sociais que afetam a população rural feminina...</i>	Exemplo: <i>A lei visa melhorar o acesso a serviços para as mulheres rurais.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Redigir frases subordinadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Escrever frases simples
Exemplo: <i>Com o objetivo de promover a participação das mulheres na tomada de decisões, o projeto foi apresentado.</i>	Exemplo: <i>O projeto foi apresentado para promover a participação das mulheres na tomada de decisões.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Redigir parágrafos extensos com múltiplas ideias 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar que os parágrafos sejam curtos e contenham uma única ideia central
Exemplo: Um parágrafo de 15 linhas que explica ao mesmo tempo a lei, seus antecedentes, seus atores-chave e impactos.	Exemplo: Um parágrafo que explica somente o objetivo da lei: <i>“Esta iniciativa visa fortalecer a participação política de jovens mulheres nos governos locais”.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Usar termos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Se for necessário usá-los, defina-os • Use palavras comuns e de uso habitual
Exemplo: <i>Foi apresentada uma <u>moção</u> para alterar o regulamento interno.</i>	Exemplo: <i>Foi feita uma <u>proposta</u> para alterar o regulamento interno.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Usar formalismos desnecessários 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar as informações importantes e eliminar os detalhes desnecessários
Exemplo: <i>Fica registrado, por meio da presente carta, que tomamos ciência do recebimento do documento, que contém a referida proposta legislativa...</i>	Exemplo: <i>Informamos que foi recebido o documento com a proposta legislativa.</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Usar expressões vagas 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar dados e números específicos
Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> • <u>Muitas pessoas</u> apoiam a medida. 	Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> • <u>78% das pessoas entrevistadas</u> apoiam a medida.

<ul style="list-style-type: none"> Utilizar jargões, palavras pouco usadas ou em latim 	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar uma linguagem adequada e simples
<p>Exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>A proposta se torna uma contribuição normativa <u>sui generis</u>...</i> 	<p>Exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <i>A proposta oferece uma alternativa normativa inovadora...</i>
<ul style="list-style-type: none"> Empregar a forma impessoal (ausência de sujeito) 	<ul style="list-style-type: none"> Usar a voz ativa, informando quem pratica a ação
<p>Exemplo: <i>As audiências públicas <u>foram realizadas</u>.</i></p>	<p>Exemplo: <i>A Comissão da Infância e Adolescência <u>realizou</u> audiências públicas.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> Usar siglas sem explicar o que significam 	<ul style="list-style-type: none"> Evitar siglas ou explicá-las
<p>Exemplo: <i>A OEA e a CIDH apresentaram um novo relatório sobre direitos humanos.</i></p>	<p>Exemplo: <i>A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apresentaram um novo relatório sobre direitos humanos.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> Evitar o uso ou acúmulo de negações desnecessárias 	<ul style="list-style-type: none"> Redigir de forma positiva quando aumentar a clareza
<p>Exemplo:</p> <p><i><u>Não</u> serão aceitas inscrições que <u>não</u> estejam completas.</i></p>	<p>Exemplo: <i>Somente serão aceitas inscrições completas.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> Utilizar nominalizações (substantivos derivados de verbos) 	<ul style="list-style-type: none"> Usar verbos que indiquem diretamente a ação
<p>Exemplo: <i>A <u>implementação</u> do regulamento será realizada pela equipe parlamentar.</i></p>	<p>Exemplo: <i>A equipe parlamentar <u>implementará</u> o regulamento.</i></p>



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) EM PROL DA LINGUAGEM SIMPLES

A Câmara dos Comuns do Canadá **faz uso de ferramentas de IA** para redigir minutas em linguagem simples sobre informações relacionadas a procedimentos parlamentares, bem como para atualizar roteiros e gravações de vídeos explicativos. Esses conteúdos são sempre revisados e editados por profissionais antes de sua publicação e fazem parte do seu plano de acessibilidade 2023-2025⁴, do qual a linguagem simples é um componente central.

⁴ A Câmara dos Comuns do Canadá desenvolve planos trienais para cumprir a Lei de Acessibilidade do Canadá (Accessible Canada Act).

4. DESIGN VISUAL

A linguagem simples não se refere somente ao que é dito, mas também à forma como a informação é apresentada. O design visual desempenha um papel fundamental na compreensão do conteúdo e pode facilitar ou dificultar o acesso à informação, especialmente em contextos parlamentares.

Para que o design visual contribua para uma comunicação simples, recomenda-se:

- Deixar espaços em branco suficientes, separando os parágrafos para evitar blocos densos de texto;
- Manter espaçamento entre linhas e margens adequados;
- Utilizar recursos visuais, como ícones, tabelas ou gráficos, sempre que possível;
- Escolher uma tipografia simples e um tamanho de fonte legível;
- Certificar-se de que haja bom contraste entre a cor do texto e o fundo;
- Considere formatos acessíveis para pessoas com deficiências visuais ou auditivas, como leitura em voz alta, legendas ou versões em braille ou áudio.

5. AVALIAÇÃO

É recomendável manter uma atitude de revisão crítica e melhoria contínua em relação aos produtos de comunicação. Uma boa prática é solicitar que outra pessoa revise o documento e ofereça comentários construtivos sobre sua clareza e eficácia.

Sempre que possível, também é útil testar o texto com pessoas externas ao parlamento, a fim de verificar se elas compreendem as informações adequadamente e identificar oportunidades de melhoria. Esse tipo de feedback é essencial para garantir que o conteúdo esteja alinhado aos princípios da linguagem simples.

Exemplos de linguagem simples no trabalho parlamentar

Embora as leis devam utilizar uma linguagem técnica e precisa, devido à sua natureza jurídica, é fundamental que seu conteúdo possa ser compreendido por toda a cidadania. A divulgação em linguagem simples ajuda a fortalecer o conhecimento do público sobre seus direitos, especialmente em questões relacionadas à proteção e ao acesso à justiça.

Do ponto de vista dos direitos humanos, o papel dos parlamentos não se limita a legislar para promover e proteger direitos. Eles também têm a responsabilidade de garantir que as informações sobre esses direitos possam ser compreendidas por todas as pessoas, assegurando que a cidadania conheça as medidas existentes e saiba como acessar mecanismos de proteção em caso de violação.

Por exemplo, no caso do assédio sexual, se as pessoas não compreenderem as disposições legais em vigor ou desconhecerem os canais para denúncia, as proteções normativas perderão a eficácia. Uma

linguagem simples e acessível e uma estratégia de divulgação legislativa adequada são ferramentas fundamentais para tornar os direitos efetivos, promover a igualdade e fortalecer o bem-estar coletivo.

A seguir, apresentamos um exemplo real de aplicação da linguagem simples no âmbito legislativo, desenvolvido na [Argentina](#)⁵.

O que diz a lei	Linguagem simples
<p>Art. 6. g. Violência contra mulheres em espaços públicos: é aquela exercida contra as mulheres por uma ou mais pessoas, em locais públicos ou de acesso público, como meios de transporte ou centros comerciais, por meio de condutas ou expressões verbais ou não verbais de conotação sexual, que afetem ou prejudiquem sua dignidade, integridade, liberdade, livre circulação ou permanência, e/ou criem um ambiente hostil ou ofensivo. (Inciso incorporado pelo Art. 1º da Lei nº 27.501, B.O. 8/5/2019)</p>	<p>O que é assédio sexual nas ruas? O assédio sexual nas ruas, ou seja, a violência contra as mulheres em espaços públicos, consiste em ações físicas ou verbais com conteúdo sexual contra uma pessoa que não deseja participar delas. O assédio sexual é baseado no gênero ou na identidade sexual da pessoa que sofre o assédio.</p> <p>A lei que pune o assédio sexual se aplica apenas ao assédio que ocorre na rua? Não. A lei de assédio sexual também se aplica ao assédio em espaços privados de acesso público, como, por exemplo, um shopping center, um teatro ou um bar.</p>
<p>Lei 1472 da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA). Código Contravencional, Art. 53. Artigo 53 - Assediar. Intimidar. Quem intimidar ou assediar de forma ameaçadora outra pessoa, desde que o ato não constitua crime, será punido com: (1) a cinco (5) dias de trabalho de utilidade pública, multa de oitenta (80) a quatrocentas (400) unidades fixas e/ou um (1) a cinco (5) dias de prisão. A ação dependerá de instância privada, exceto nos casos em que a vítima for menor de 18 anos.</p>	<p>Quais são as sanções aplicáveis a quem assedia sexualmente outra pessoa? A pessoa que assediar sexualmente outra pessoa pode ser punida com multa, obrigação de realizar trabalhos comunitários ou prisão.</p>

Experiências regionais: a seguir, apresentamos alguns exemplos do uso da linguagem simples na divulgação de leis:

 **Argentina:** O Ministério da Justiça promove a iniciativa “[Lei Simples](#)”, que oferece explicações simples e acessíveis sobre diversas leis. Os conteúdos estão organizados por temas, como consumo e

⁵Exemplos extraídos da plataforma [Lei Fácil](#) do Ministério da Justiça da Argentina (ver [link](#)), em relação às disposições adotadas sobre assédio nas ruas na [Lei 26.485 - Lei de proteção integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que desenvolvem suas relações interpessoais](#).

economia, deficiência, educação, ciência e cultura, família e habitação, justiça e direitos humanos, meio ambiente, entre outros.

 **Chile:** A Biblioteca do Congresso Nacional desenvolve o programa “[Lei Fácil](#)”, que visa facilitar a compreensão das leis aprovadas pelo Congresso. A iniciativa permite acesso rápido a informações legislativas em diversos formatos, considerando a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva, bem como conteúdos em línguas indígenas. Também oferece dramatizações em áudio que explicam, de forma simples, o conteúdo e o funcionamento de leis fundamentais para a cidadania.

 **Costa Rica:** A Assembleia Legislativa, com o apoio da Universidade da Costa Rica, desenvolve a iniciativa “[Linguagem Simples no Âmbito Legislativo](#)”, que busca facilitar a compreensão dos textos produzidos pela Assembleia Legislativa.

 **Uruguai:** O Centro de Informação Oficial conta com o programa “[A Lei na Sua Linguagem](#)”, que promove conhecimento normativo por meio da adaptação de leis a uma linguagem acessível. Essa iniciativa parte do princípio de que a cidadania só pode exercer plenamente seus direitos e cumprir seus deveres se compreender as normas que a regem.⁶

 **Obs.:** Para ver exemplos de parlamentos de língua inglesa, consulte a versão em inglês desta publicação.

Países como a Colômbia e o México fazem uso das redes sociais para divulgar informações sobre o funcionamento e o trabalho de seus parlamentos em linguagem cotidiana. No caso do México, alguns exemplos são “[Isso é uma iniciativa](#)” ou “[O que é reforma](#)”, bem como a explicação da alteração de uma lei que garante o [direito de amamentar em espaços públicos](#). Por sua vez, o Congresso da República da Colômbia possui segmentos em suas redes sociais dedicados a explicar, em linguagem cotidiana, o funcionamento das Câmaras do Parlamento ([#SenadoSinRollo](#), [#SenadoSemEnrolação](#) em espanhol), os projetos de lei apresentados (“[Meu projeto em um minuto](#)”) e as leis aprovadas (“[Top 5 leis aprovadas](#)”).

Alianças para uma linguagem simples

Uma estratégia para promover o uso da linguagem simples é a consolidação de grupos com representantes de diversos setores, incluindo o setor público. Em alguns países, esses espaços contam com a participação ativa dos parlamentos:

- A [Rede de Linguagem Simples](#) do **Chile** integra a Biblioteca do Congresso Nacional, a Câmara de Deputadas e Deputados e o Senado da República, entre outras entidades públicas.
- O Senado da Nação faz parte da [Rede de Linguagem Simples](#) da **Argentina**, voltada para promover uma comunicação pública mais acessível.

⁶ Fonte: Meza Ruiz, L. M. (2024). [Gestão pública: o impacto da linguagem simples para uma cidadania ativa](#). Revista de gênero, diversidade e sociedade, 2(1).

- A Câmara dos Representantes é membro fundador da [Rede de Linguagem Simples](#) da **Colômbia** e o Senado da República participa como membro aderente.
- [A Rede Pan-Hispânica de Linguagem Simples e Acessível](#), coordenada pela Real Academia Espanhola, reúne diversas instituições legislativas, entre elas:
 - ◆ A Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, a Câmara de Deputadas e Deputados e o Senado da República do Chile;
 - ◆ A Câmara dos Senadores e a Câmara dos Representantes do Parlamento do Uruguai;
 - ◆ O Senado da República e a Câmara dos Representantes da Colômbia.

Recursos úteis

- [Recomendações para a Redação de Documentos em Linguagem Simples](#), Conselho para a Transparência do Chile, 2018.
- [Guia de Linguagem Simples para Informações e Textos Legislativos](#), Rede Inovação, 2020.
- [Roteiro para a Abertura Legislativa 2.0](#), ParlAmericas, 2022.
- [Agendas Legislativas Convergentes - Explorando as Sinergias entre Parlamento Aberto e Igualdade de Gênero](#), ParlAmericas, 2025.
- [O que é Linguagem Simples?](#), Associação Internacional de Linguagem Simples (PLAIN).
(Disponível em inglês)
- [Manual de Linguagem Simples do Equador](#), Rede de Linguagem Simples do Equador, 2023.

Lista de Verificação para Uso de Linguagem Simples

Questionário		Sim	Não
1	Foram identificadas quais informações o público-alvo precisa saber?		
2	O perfil do público foi considerado ao elaborar a comunicação?		
3	Possíveis dúvidas ou perguntas que possam surgir ao ler ou ouvir as informações foram antecipadas?		
4	Foi escolhido um formato adequado para o tipo de conteúdo, que seja familiar para as pessoas a que se destina e que facilite a navegação e a compreensão?		
5	As informações mais importantes são apresentadas no início do documento?		
6	O conteúdo está organizado em seções claras e diferenciadas?		
7	A redação facilita uma leitura fluida e compreensível?		
8	O design visual do documento contribui para a clareza do conteúdo? (espaçamento, entrelinha, tipografia e tamanho da fonte)		
9	Foram utilizados elementos visuais ou suportes gráficos que complementam a informação?		
10	O documento foi revisado por uma pessoa externa à instituição, que forneceu feedback sobre sua clareza?		



A presente publicação, datada de **agosto** de 2025, foi possível em parte graças ao generoso apoio do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Relações Exteriores (*Global Affairs Canada – GAC*, sigla em inglês).